



STATE GRID

BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司



Demonstrações
Financeiras
2015



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH ou State Grid")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2015.

1) A COMPANHIA

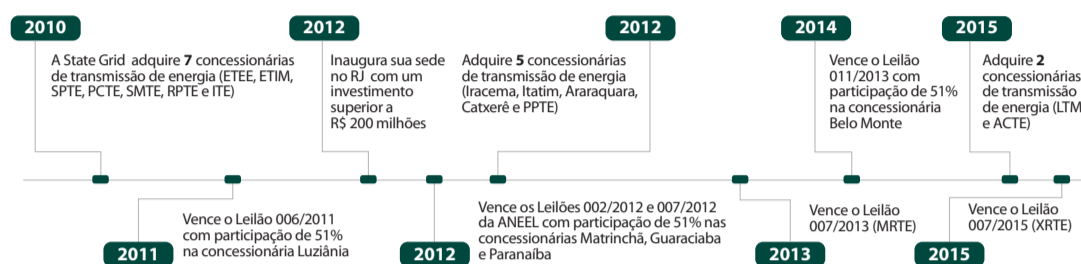
A SGBH é uma companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. A SGBH é subsidiária da Top View Investment Limited com 0,00001% de participação e da State Grid International Development Limited com 99,99999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A SGBH foi constituída em 2010, quando o Brasil foi escolhido pela State Grid International Development Limited (SGID) e pela Top View Investment Limited para a realização do primeiro grande investimento do conglomerado em países não asiáticos. A SGID e Top View são subsidiárias da SGCC, localizada em Pequim, na República Popular da China.

A SGCC foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Com cerca de 1,9 milhões de funcionários, a SGCC serve 1.1 bilhão de pessoas e possui operações em diversos países, como Filipinas, Brasil, Portugal, Austrália, entre outros.

2) NEGÓCIOS NO BRASIL

Desde sua chegada no Brasil, a **State Grid** já adquiriu concessionárias do serviço público de transmissão de energia sendo 16 companhias com 100% de participação e 5 companhias com participação de 51%:



Grupo SGBH



Trata-se de estrutura simplificada. Nesse organograma não foram incluídas duas Holdings da SGBH, a SGBH Expansão Participações Ltda (SGBH-E) e a SGBH Transmissão Participações Ltda (SGBH-T), estas que possuem participação direta na ETEE e ETIM, respectivamente. As Companhias Controladas em conjunto não são consolidadas.

RAZÃO SOCIAL

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE"); Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM"); Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE"); Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE"); Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE"); Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE"); Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE"); Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE"); Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema"); Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê"); Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara"); Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim"); Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE"); Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE"); Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. ("LTMC"); Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"); Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã"); Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"); Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia"); Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"); Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte").

Até 31 de dezembro de 2015 foram investidos cerca de R\$ 5 bilhões em concessionárias de transmissão de energia e a **State Grid** mantém a perspectiva de novos investimentos no Brasil através de seu plano estratégico de investimentos. A expectativa é de aproximadamente R\$ 24 bilhões em novos investimentos a serem licitadas para desenvolvimento dos Sistema Interligado Nacional - SIN no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAIS - Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

Ativo	Nota	2015		2014		Passivo	Nota	2015		2014	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	81.525.207	309.631.021	521.779.240	886.384.008	Fornecedores - terceiros		3.519.215	12.677.061	557.351	9.509.823
Concessionárias e permissionárias	9	-	117.371.604	-	113.891.824	Fornecedores - partes relacionadas		-	15.037	-	-
Contas a receber - alugueis	19	3.387.775	3.294.372	2.311.572	2.159.061	Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	115.007.124	-	121.481.314
Impostos a recuperar	10	16.733.537	60.733.620	27.101.992	60.422.953	Empréstimos - partes relacionadas	17	4.372.309	318.052.305	2.730.756	236.048.350
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	931.669.190	-	758.337.910	Tributos e contribuições sociais	18	3.120.370	107.657.235	3.060.984	97.649.791
Adiantamentos a fornecedores		197.541	7.236.725	97.622	8.358.780	Taxas regulamentares	18	-	41.369.141	-	31.984.204
Estoques		-	41.460.465	-	29.697.090	Dividendos propostos	21	84.318.614	84.318.614	84.318.614	84.318.614
Dividendos a receber	13	112.829.931	12.349.023	102.449.751	12.349.024	Outros passivos circulantes		111.328	14.846.942	282.475	11.969.562
Outros ativos circulantes		56.446	10.209.099	108.938	4.335.139			95.441.836	693.943.459	90.950.180	592.961.658
		214.730.437	1.493.948.119	653.849.115	1.875.935.789						
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8	-	52.132.551	-	47.212.361	Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	746.771.696	-	720.724.976
Impostos a recuperar	10	-	-	-	16.817.017	Empréstimos - partes relacionadas	17	2.385.908.170	3.705.632.408	1.974.286.440	3.032.556.818
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	4.633.720.491	-	4.217.791.682	Outras contas a pagar - partes relacionadas		-	2.162.607	-	176.720
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	334.929.622	278.548.555	20.566.802	-	Outras provisões - compensação ambiental		-	19.287.084	-	12.118.951
Outros ativos não circulantes		133.691	37.477.460	163.606	25.846.898	Impostos diferidos		3.770.044	493.043.188	717.843	385.162.509
						Provisão para contingências	20	271.742	46.224.397	160.239	42.577.532
Investimentos	13	4.587.548.333	1.733.692.187	3.737.000.589	785.182.606	Outros passivos não circulantes		1.297.646	40.677.918	644.255	33.781.049
Investimentos disponíveis para venda	19.1	35.492.843	35.492.843	31.336.560	31.336.560			2.391.247.602	5.053.799.300	1.975.808.777	4.227.098.555
Propriedade para investimento	14	94.815.276	94.815.276	96.774.604	96.774.604	Patrimônio líquido		3.862.386.500	3.862.386.500	2.494.172.500	2.494.172.500
Imobilizado	15	120.210.028	131.681.756	123.196.196	133.895.696	Capital social		-	-	9.740.371	9.740.371
Intangível	16	16.987	157.421.303	24.257	185.419.772	Reserva legal		-	-	92.239.901	92.239.901
		5.173.146.781	7.154.982.422	4.009.062.614	5.540.277.196	Reserva de lucros		(961.198.720)	(961.198.720)	-	-
Total do ativo		5.387.877.218	8.648.930.541	4.662.911.729	7.416.212.985	Prejuízos acumulados	21	2.901.187.780	2.901.187.780	2.596.152.772	2.596.152.772
						Total do passivo e do patrimônio líquido		5.387.877.218	8.648.930.541	4.662.911.729	7.416.212.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015		2014	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	23	9.012.491	1.104.439.267	8.986.669	831.423.990
Custo da operação	24	(1.959.328)	(250.260.855)	(1.032.859)	(131.911.794)
Lucro bruto		7.053.163	854.178.412	7.953.810	699.512.196
Despesas gerais e administrativas	25	(48.755.012)	(120.406.735)	(48.790.271)	(122.460.135)
Outras (despesas)/receitas operacionais	26	-	12.670.239	-	617.828
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		(41.701.849)	746.441.916	(40.836.461)	577.669.889
Resultado financeiro	27	(950.837.252)	(1.665.868.155)	(166.189.349)	(419.452.412)
Receita financeira		400.202.700	661.096.723	225.739.448	455.946.944
Despesa financeira		(1.351.039.952)	(2.326.964.878)	(391.928.797)	(875.399.356)
Equivalência patrimonial	13.2	(67.587.691)	40.923.331	289.401.218	59.514.292
Resultado antes dos impostos		(1.060.126.792)	(878.502.908)	82.375.408	217.731.769
Imposto de renda e contribuição social	22	(3.052.200)	(184.676.084)	(2.047.053)	(137.403.414)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(1.063.178.992)	(1.063.178.992)	80.328.355	80.328.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015		2014	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(1.063.178.992)	(1.063.178.992)	80.328.355	80.328.355
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes		(1.063.178.992)	(1.063.178.992)	80.328.355	80.328.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	Reserva de lucros		Lucros / (prejuízos) acumulados	Total
		Capital a integralizar	Reserva legal		
Saldo em 31 de dezembro de 2013		2.494.172.500	5.723.953	35.005.949	2.534.902.402
Lucro líquido do exercício		-	-	80.328.354	80.328.354
Constituição da reserva legal		-	4.016.418	(4.016.418)	-
Destinação de lucros a reserva de lucros		-	-	57.233.952	(57.233.952)
Dividendos propostos		-	-	(19.077.984)	(19.077.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		2.494.172.500	9.740.371	92.239.901	2.596.152.772
Prejuízo do exercício		-	-	(1.063.178.992)	(1.063.178.992)
Aumento de capital conforme AGE de 13 e outubro de 2015		470.000.000	-	-	470.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 11 de novembro de 2015		900.000.000	(1.786.000)	-	898.214.000
Absorção de prejuízo		-	(9.740.371)	(92.239.901)	(101.980.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		3.864.172.500	(1.786.000)	-	(961.198.720)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	(1.060.126.792)	(878.502.908)	82.375.408	217.731.769
Ajustes:				
Equivalência patrimonial		67.587.690	40.923.331	(290.275.834)
Juros e variações monetárias dos empréstimos		992.758.043	1.743.025.469	221.360.279
Depreciação e amortização		5.023.668	6.111.381	3.060.301
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(2.856.767)	-
Provisão para contingências		111.503	3.646.866	160.239
Provisão para compensação ambiental		-	7.168.133	-
Atualização de investimento disponível para venda		(4.156.283)	(4.156.283)	-
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias		-	3.625.704	-
Contas a receber		(1.076.203)	(1.076.203)	(1.789.613)
Ativo financeiro amortizável e indenizável		-	(156.204.867)	-
Estoques		-	(11.763.374)	-
Impostos a recuperar		10.368.455	16.789.761	(9.507.815)
Adiantamentos a fornecedores		(70.991)	936.097	(95.622)
Outros ativos		53.479	(11.298.762)	(30.757)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores		2.961.864	(1.748.638)	29.009
Tributos e contribuições sociais		3.832.517	100.128.174	(1.371.814)
Juros pagos		(56.806.196)	(180.130.567)	(25.951.604)
Taxas regulamentares		-	9.384.937	-
Outros passivos		1.931.383	4.722.792	485.066
Impostos pagos		(3.631.624)	(125.657.791)	-
Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(41.239.486)	362.810.135	(21.552.757)	378.254.672
Dividendos recebidos		129.829.172	-	158.301.026
Dividendos intermediários recebidos		59.614.779	-	-
Empréstimos a receber		(301.975.560)	(301.978.098)	(20.566.802)
Aquisição de imobilizado e intangível		(2.030.230)	(17.844.893)	(481.202)
Baixa de imobilizado e intangível		-	38.944.121	-
Aquisição de investimentos		(1.117.959.566)	(1.051.298.983)	(609.640.243)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(1.232.531.405)	(1.332.177.853)	(472.387.221)	(588.440.208)
Aumento de capital		468.214.000	468.214.000	-
Empréstimos captados		365.302.858	489.720.358	435.840.699
Empréstimos pagos		-	(565.319.628)	(134.424.184)



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da State Grid International Development Limited (SGID) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentando arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015 para as controladas da Companhia (apresentadas nas notas explicativas 3 e 4), as quais são concessionárias de transmissão de energia, logo, regulamentadas pela ANEEL. Com base nessas alterações houve a reclassificação no saldo das controladas do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 23) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 23). O montante reclassificado foi de R\$ 4.609.712. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016.

2.1. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira: A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação o circulante versus não circulante: A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais:

Razão social	% de participação		Data de aquisição
	2015	2014	
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E") (i)	100	100	21/06/2010
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH-T") (i)	100	100	21/06/2010
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE") (ii)	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A. ("ETIM") (ii)	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE") (ii)	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTe") (iii)	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTe") (ii)	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara") (iii)	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê") (iii)	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTe") (iii)	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") (iii)	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema") (iii)	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE") (iv)	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE") (v)	100	-	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMc") (vi)	100	-	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") (vii)	100	-	07/08/2015

(i) A SGBH-E e SGBH-T foram constituídas como objetivo principal a participação societária em outras sociedades, as quais possuem controle das atividades da ETEE e da ETIM, respectivamente, estas que foram adquiridas pelo Grupo da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. (ii) Adquiridas já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. (iii) Adquiridas já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. (iv) Adquirida através do leilão 007/2013 - lote P, firmado através de contrato assinado em 18 de novembro de 2013. (v) Adquirida já em fase operacional da CME - Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. e Tecneira Nova Geracao Brasil Ltda. (vi) Adquirida já em fase operacional da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. (vii) Adquirida através do leilão 007/2015 firmado através de contrato assinado em 22 de outubro de 2015. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As controladas que têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, tem a atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O período de concessão, características operacionais e a Receita Anual Permitida (RAP) são definidas pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	Atualização anual RAP	RAP ciclo 2015/2016 - R\$ (i)
ACTE	018/2010	Julho de 2041	6.420.000	IGP-M	9.056.590
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	22.621.731
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.448.000	IPCA	51.641.122
ETEE	096/2000	Fevereiro de 2030	52.000.000	IGP-M	174.348.146
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	71.842.543
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.757.000	IPCA	19.138.849
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	63.100.844
ITE	001/2005	Março de 2036	98.747.000	IGP-M	189.497.826
LTMc	003/2010	Julho de 2040	14.939.000	IGP-M	31.432.865
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	36.000.843
PPTe	009/2005	Março de 2036	43.711.000	IGP-M	87.889.867
RPTe	003/2007	Abril de 2037	18.500.000	IPCA	28.434.595
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	120.146.551
SPTe	007/2007	Julho de 2037	17.000.000	IPCA	38.564.385
MRTE	010/2014	Outubro de 2044	11.599.380	IPCA	(iii)
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	(iii)

(i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 foi aprovada em 23 de junho de 2015 de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015 - ANEEL. (ii) A MRTE não possui a RAP do ciclo 2015/2016, pois encontra-se em fase pré-operacional. A Administração prevê a entrada em operação em abril de 2016. (iii) A XRTE não possui a RAP do ciclo 2015/2016, pois encontra-se em fase pré-operacional. A Administração prevê a entrada em operação em 2019.

4. CONTROLADAS EM CONJUNTO

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente sobre as políticas financeiras e operacionais, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os respectivos acionistas das mesmas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPes) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social	% participação	
	2015	2014
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia") (i)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (iii)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51	51

(i) Em 29 de setembro de 2011 a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. (ii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Com exceção do trecho da linha de transmissão Sinop, que já está em funcionamento desde outubro de 2015 e por isso, já incorreu receita, o demais trecho, devido a assuntos operacionais, não alcançou o cronograma na data prevista. Em complemento, a previsão para a entrada em operação das demais instalações de transmissão é abril de 2016. (iii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Em complemento, a previsão atual para a entrada em operação das instalações de transmissão é abril de 2016. (iv) Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi

constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. - que tem participação de 24,5%. A RAP anual foi determinada em R\$ 100.263.550, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA. A Paranaíba tem previsão de entrada em operação estabelecida para 30 de abril de 2016. (v) Em 20 de março de 2014 a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão 011/2013, realizado pela ANEEL em 07 de fevereiro de 2014 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), que tem participação de 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$ 5 bilhões com uma RAP anual de R\$434 milhões. O contrato estabelece uma concessão com duração de 30 anos e entrada em operação comercial prevista para janeiro de 2018. O prazo de construção é de 46 meses a partir da data de assinatura do contrato de concessão (16 de junho de 2014).

5. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **5.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **5.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **5.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão das Controladas não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão. Sendo assim é utilizado o modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado com a rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **5.6. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **5.7. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia. **5.8. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.9. Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **5.10. Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Apenas para as controladas Catxerê, Araraquara e ACTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **5.11. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.13. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **5.14. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **5.15. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. **Receita de operação e manutenção:** A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão. **Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade firm da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

* continuação

poder concedente através da RAP. **Receita de aluguel:** A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização. **5.16. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos: Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias, ativo financeiro amortizável e indenizável e empréstimos a receber - partes relacionadas. O saldo de caixa e equivalente de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e bancos são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos e passivos financeiros derivativos:** A companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

6. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia e suas controladas estão procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	16.901	29.940	8.738	22.842
Bancos	9.099.224	24.429.953	376.649	4.596.245
Aplicações financeiras	72.409.082	285.171.128	521.393.853	881.764.921
	81.525.207	309.631.021	521.779.240	886.384.008

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2015	2014
Araraquara	3.464.746	3.488.087
Catxerê	6.342.114	6.394.383
PPTE	8.042.047	6.316.684
LTMC	4.524.336	-
Itatim	22.808.653	24.247.493
Iracema	6.950.655	6.765.714
	52.132.551	47.212.361

Araraquara, Catxerê, LTMC e PPTE: Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17). Para a Araraquara, Catxerê e LTMC, durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. Para a PPTE, durante todo o prazo do contrato, deve-se manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. **Itatim:** Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o BNDES (nota explicativa 17). Durante todo o prazo do contrato, a Itatim deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal da CEF.

9. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Consolidado	
	2015	2014
A vencer	98.629.998	103.418.823
Vencidas até 30 dias	500.861	1.316.524
Vencidas até 60 dias	754.711	659.513
Vencidas até 90 dias	1.667.658	457.571
Vencidas há mais de 90 dias	20.873.159	15.950.942
	122.426.387	121.803.373
	(5.054.783)	(7.911.549)
	117.371.604	113.891.824

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. De acordo com as normas do agente regulador para as empresas controladas, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	(7.911.549)	(1.003.809)
Reversão	3.467.276	-
Adição	(610.510)	(6.907.740)
Saldo em 31 de dezembro	(5.054.783)	(7.911.549)

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante				
PIS	70	71.381	-	68.249
COFINS	-	319.639	-	314.682
IRPJ	15.291.160	38.812.884	12.209.137	27.904.160
IR aplicações financeiras	-	5.734.798	14.467.592	20.378.300
CSLL	1.412.419	14.251.806	395.375	10.655.746
Outros	29.888	1.543.112	29.888	1.101.816
	16.733.537	60.733.620	27.101.992	60.422.953
Não circulante				
PIS (nota explicativa 25)	-	-	-	2.861.809
COFINS (nota explicativa 25)	-	-	-	13.955.208
	-	-	-	16.817.017
	16.733.537	60.733.620	27.101.992	77.239.970

11. EMPRÉSTIMOS A RECEBER (CONTROLADORA)

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	2015	2014
MRTE (i)	05/2014	04/2016	-	CETIP + 070 a.a.	56.381.067	20.566.802
Eletronorte (ii)	12/2014	01/2027	Eletronorte	10% a.a.	139.274.278	-
Furnas (iii)	12/2014	01/2027	Eletronorte	10% a.a.	139.274.278	-
Não circulante					334.929.622	20.566.802

(i) MRTE: Debêntures emitidas com a controlada MRTE para execução das obras da Companhia até que a liberação de recursos provenientes de operações de financiamento de longo prazo dos projetos da Companhia perante o BNDES seja assinada e liberada. A Administração do Grupo entende que a assinatura do financiamento de longo prazo junto ao BNDES seja concluída até março de 2016. O saldo das debêntures foi mantido no não circulante em função de se tratar de empréstimo ponte com partes relacionadas. (ii) Eletronorte: O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. (iii) Furnas: O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte.

12. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL E INDENIZÁVEL (CONSOLIDADO)

	2015		2014	
	2015	2014	2015	2014
Circulante	931.669.190	758.337.910		
Não circulante	4.633.720.491	4.217.791.682		
	5.565.389.681	4.976.129.592		

Conforme contrato de concessão das Controladas (conforme nota explicativa 3) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pelas Controladas para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. **Ativo financeiro - Amortizável:** As concessões das linhas de transmissão de energia das Controladas são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao

valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. **Ativo financeiro - Indenizável:** Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Administração das controladas considera que ao final da concessão caberá as concessionárias que tiveram contrato de concessão assinados até o exercício de 2006 uma indenização (ETEE, ETIM, ITE, PPTE e SMTE). O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. As referidas controladas não são obrigadas a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

13. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

13.1. Informações financeiras sobre as investidas:

	Em 31 de dezembro de 2015				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
SGBH-E	676.434.657	10.035.534	666.399.122	-	42.042.881
SGBH-T	256.290.311	127.667	256.162.644	-	(513.571)
ITE	957.162.334	592.771.863	364.390.471	215.401.244	(79.082.681)
RPTE	278.868.180	182.629.682	96.238.497	25.398.074	(55.574.149)
PCTE	371.331.752	270.683.025	100.648.727	33.742.139	(83.304.384)
SMTE	769.633.495	598.644.121	170.989.374	118.532.203	(112.079.451)
SPTTE	295.819.180	163.689.313	132.129.867	38.779.926	(33.860.359)
PPTE	482.601.149	168.776.422	313.824.727	84.326.708	39.264.255
Itatim	603.376.077	333.002.761	270.373.316	33.371.977	49.515.671
Iracema	228.413.378	127.215.313	101.198.065	24.670.692	26.661.060
Catxerê	594.839.231	245.245.673	349.593.558	71.040.845	62.023.296
Araraquara	302.321.080	129.980.702	172.340.377	25.101.033	17.621.783
MRTE	105.157.366	67.165.431	37.991.935	76.954.123	(10.686.410)
XRTE	20.066.830	1.017.113	19.049.718	9.400.150	(950.282)
ACTE	72.167.788	37.768.736	34.399.052	12.937.273	(11.487.029)
LTMC	328.418.043	198.067.386	130.350.657	50.764.779	(26.876.372)
Controladas em conjunto					
Luziânia	96.270.966	55.717.934	40.553.032	13.774.777	4.947.042
Matrinchã	2.314.531.306	813.228.723	1.501.302.583	151.718.762	116.743.617
Guaraciaba	1.073.721.660	472.973.346	600.748.314	63.539.959	(15.517.932)
Paranaíba	1.055.060.043	597.640.020	457.420.023	95.320.187	58.610.373
Belo Monte	1.330.904.491	531.532.003	799.372.488	116.779.565	(16.963.790)

	Em 31 de dezembro de 2014				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
SGBH-E	697.379.688	16.326.662	681.053.626	-	65.564.426
SGBH-T	285.587.432	7.519.987	278.067.445	-	30.023.511
ITE	990.173.548	512.116.356	478.057.192	157.548.359	47.191.495
RPTE	292.639.705	140.827.059	151.812.646	24.235.511	(15.760.835)
PCTE	384.498.151	200.545.040	183.953.111	32.384.511	(20.791.547)
SMTE	764.877.599	469.788.959	295.088.640	95.396.347	18.155.400
SPTTE	288.891.463	122.901.237	165.990.226	25.849.917	(35.063.967)
PPTE	473.294.956	180.083.963	293.210.993	63.504.265	29.383.095
Itatim	593.748.408	364.735.858	229.012.549	100.163.604	52.008.343
Iracema	210.595.289	136.058.283	74.537.006	23.136.640	88.536
Catxerê	549.516.394	231.695.669	317.820.726	68.280.076	42.481.718
Araraquara	281.595.956	122.218.516	159.377.439	36.200.444	17.366.424
MRTE	26.910.598	20.850.253	6.060.346	7.748.005	114.944
XRTE	-	-	-	-	-
ACTE	-	-	-	-	-
LTMC	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto					
Luziânia	67.601.433	33.710.443	33.891.000	30.604.573	10.680.249
Matrinchã	1.551.898.626	647.283.283	904.616.343	813.466.625	62.352.104
Guaraciaba	751.894.630	453.974.154	297.920.476	458.023.599	32.207.401
Paranaíba	654.665.170	375.855.519	278.809.651	285.982.314	12.950.472
Belo Monte	29.920.549	5.584.270	24.336.279	20.330.198	(664.721)

	Movimentação				
	Saldo em 31/12/2014	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2015
Controladas					
SGBH-E	681.053.626	42.042.881	-	(46.712.200)	676.384.307
SGBH-T	278.067.444	(513.571)	-	(31.376.414)	246.177.458
ITE	474.124.945	(79.082.681)	-	(34.584.040)	360.458.224
RPTE	41.344.209	(55.574.149)	-	-	(14.229.940)
PCTE	20.708.019	(83.304.384)	-	-	(62.596.365)
SMTE	53.745.704	(112.079.451)	-	(12.019.815)	(70.353.562)
SPTTE	279.310.588	(33.860.359)	-	-	245.450.229
PPTE	336.655.383	39.264.255	-	(18.650.521)	357.269.117
Itatim	229.012.549	49.515.671	-	(8.154.905)	270.373.315
Iracema	74.537.006	26.661.060	-	-	101.198.066
Catxerê	317.820.726	62.023.296	-	(30.250.464)	349.593.558
Araraquara	159.377.439	17.621.783	-	(4.658.845)	172.340.377
MRTE	6.060.346	(10.686.410)	42.618.000	-	37.991.936



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Segue principais aspectos do imóvel: • O valor justo para compra e venda identificado pela empresa que efetuou o Laudo de avaliação foi de R\$ 100.840.000 (R\$ 105.540.000 em 31 de dezembro de 2014). Estes montantes consideram apenas 44% do imóvel alocado como propriedade para investimento. • De acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 2, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

15. IMOBILIZADO (CONTROLADORA)

	2014	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2015
Prédios e instalações (i)	124.404.172	-	(24.418)	-	124.379.754
Máquinas e equipamentos	3.073.422	1.829	85.178	-	3.160.429
Móveis e utensílios	2.356.051	-	-	-	2.356.051
Outros	2.806	11.193	4.391	-	18.390
Custo	129.836.451	13.022	65.151	-	129.914.624
(-) Máq. equipamentos	(742.709)	-	-	(340.825)	(1.083.535)
(-) Móveis e utensílios	(448.196)	-	-	(235.605)	(683.801)
(-) Prédios e instalações	(5.449.350)	-	-	(2.487.911)	(7.937.260)
	(6.640.255)	-	-	(3.064.341)	(9.704.596)
	123.196.196	13.022	65.151	(3.064.341)	120.210.028
	2013	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2014
Prédios e instalações (i)	192.809.014	(69.326.209)	921.367	-	124.404.172
Máquinas e equipamentos	2.083.523	-	48.106	-	2.131.629
Móveis e utensílios	1.850.124	-	505.927	-	2.356.051
Equipamento de informática	903.132	-	38.661	-	941.793
Obras de arte	2.806	-	-	-	2.806
Custo	197.648.599	(69.326.209)	1.514.061	-	129.836.451
(-) Máq. e equipamentos	(210.987)	-	-	(211.071)	(422.058)
(-) Móveis e utensílios	(221.720)	-	-	(226.476)	(448.196)
(-) Equipamentos de informática	(190.841)	-	-	(129.811)	(320.652)
(-) Prédios e instalações	(2.963.676)	-	-	(2.485.673)	(5.449.349)
	(3.587.224)	-	-	(3.053.031)	(6.640.255)
	194.061.375	(69.326.209)	1.514.061	(3.053.031)	123.196.196

(i) Saldo correspondente a 56% (em 31 de dezembro de 2015 e 2014) do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, 955 (mais detalhes veja nota explicativa 14).

16. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	2014	Transf.	Adições/baixas	Amortização	2015
Ágio (i)	144.423.199	-	-	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	40.996.573	184.510	(27.969.558)	(213.421)	12.998.104
	185.419.772	184.510	(27.969.558)	(213.421)	157.421.303
	2013	Transf.	Adições/baixas	Amortização	2014
Ágio (i)	176.119.484	-	(31.696.285)	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	38.968.322	-	2.028.251	-	40.996.573
	215.087.806	-	(29.668.034)	-	185.419.772

(i) O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de impairment. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento. Não foram identificados indícios de necessidade de registro de provisão para realização relacionadas ao ágio em 31 de dezembro de 2015 e 2014. (ii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das Companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõem a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

a) Total da dívida:

Empresa	Descrição	Moeda do Contrato (iii)	Vencimento	Início	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	2015	2014
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	07/2013	06/2027	(iv)	(viii)	TJLP + 2,42%	26.025.063	-
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	07/2013	12/2022	(iv)	(viii)	2,5%	8.229.402	-
ACTE	Subcrédito C (i)	R\$	04/2013	06/2027	(iv)	(viii)	TJLP	113.146	-
Araraquara	BNDES	R\$	01/2011	11/2028	(iv)	(vii)	TJLP + 2,21%	72.909.823	78.350.734
Catxerê	BNDES	R\$	08/2011	08/2028	(iv)	(vii)	TJLP + 2,21%	163.297.155	175.483.072
	China								
ETEE	Development Bank	US\$	04/2012	-	N/A	N/A	Libor + 2,20%	-	105.673.471
ETEE	SGID	US\$	12/2013	04/2016	N/A	N/A	Libor + 2,20%	77.666.242	28.104.824
ETIM	SGID	US\$	12/2013	09/2018	N/A	N/A	Libor + 2,55%	67.975.053	70.341.621
Iracema	Debêntures	R\$	11/2010	11/2035	(iv)	(vii)	TR + spread 9%	117.810.017	118.372.772
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R\$	11/2012	04/2028	(iv)	(vii)	TJLP + 2,74%	209.314.641	226.871.621
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R\$	11/2012	10/2022	(iv)	(vii)	2,5%	50.118.263	57.452.644
	BNDES -								
Itatim	Subcrédito C (ii)	R\$	09/2014	04/2027	(iv)	(vii)	TJLP	243.334	1.868.642
ITE	SGID	US\$	12/2013	09/2020	N/A	N/A	Libor + 2,65%	442.112.266	396.718.877
LTMC	BNDES - Subcrédito A	R\$	05/2012	01/2027	(iv)	(vii)	TJLP + 2,58%	76.986.335	-
LTMC	BNDES - Subcrédito B	R\$	05/2012	01/2027	(iv)	(vii)	TJLP + 2,18%	23.604.568	-
LTMC	Debêntures	R\$	08/2012	04/2029	(vi)	(vii)	IPCA + 8,75%	45.539.310	-
PCTE	SGID	US\$	12/2013	09/2025	N/A	N/A	Libor + 2,85%	239.356.431	180.199.093
	UMBNDDES								
PPTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	+ 3%	7.387.354	6.461.024
	BNDES - S								
PPTE	ubcrédito B + C	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	TJLP + 3%	16.692.296	21.375.597
	UMBNDDES								
PPTE	BNPP - Subcrédito A	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	+ 4,3%	6.674.124	5.837.417
PPTE	BNPP - Subcrédito B + C	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	TJLP + 4,3%	15.079.931	19.310.939
	UMBNDDES								
PPTE	Subcrédito A	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	+ 4,3%	6.674.124	5.837.418
	Santander -								
PPTE	Subcrédito B + C	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	TJLP + 4,3%	15.079.932	19.310.939
RPTE	SGID	US\$	12/2013	09/2024	N/A	N/A	Libor + 2,85%	158.371.674	120.104.955
SGBH	SGID - Subcrédito A	US\$	08/2014	-	N/A	N/A	Libor + 0,65%	-	239.239.894
SGBH	SGID - Subcrédito B	US\$	01/2015	-	N/A	N/A	Libor + 0,65%	-	239.234.026
SGBH	SGID - Subcrédito C	US\$	07/2014	-	N/A	N/A	Libor + 0,65%	-	159.493.267
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	11/2014	11/2016	N/A	N/A	Libor + 2%	1.526.487.759	1.037.993.288
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	12/2014	12/2016	N/A	N/A	Libor + 2,706%	442.703.772	301.056.721
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	06/2015	06/2017	N/A	N/A	Libor + 2,706%	263.230.758	-
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	12/2015	06/2017	N/A	N/A	Libor + 2,706%	157.858.190	-
SMTE	SGID	US\$	12/2013	09/2023	N/A	N/A	Libor + 2,85%	503.193.400	386.359.767
SPTTE	SGID	US\$	12/2013	09/2024	N/A	N/A	Libor + 2,85%	144.729.169	109.758.835
								4.885.463.532	4.110.811.458
								433.059.428	357.529.664
								4.452.404.104	3.753.281.794
								4.885.463.532	4.110.811.458

Circulante

Não circulante

(i) Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da ACTE, o valor de R\$ 120.000 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município. (ii) O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da Itatim no valor de R\$ 1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$ 1,2 milhão e R\$ 531 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$ 995.552 até 31 de dezembro de 2015. (iii) No exercício de 2015 houve aumento do saldo em função basicamente do aumento da taxa do dólar em 31 de dezembro de 2015, cotada em USD 3,9048 por real comparado em taxa e USD 2,6562 em 31 de dezembro de 2014. Na nota explicativa 19 apresentamos os montantes referentes a perda de variação cambial.

b) Garantias: (iv) Garantias BNDES: Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **(v) Garantia debêntures Iracema:** Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas; contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão; Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A.. **(vi) Garantia debêntures LTMC:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. **c) Covenants: (vii) Covenants Araraquara, Catxerê, PPTE, Itatim, Iracema e LTMC:**

	Araraquara	Catxerê	PPTE	Itatim	Iracema	LTMC
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Adição de montante amortizado do principal superior ou igual a:	1,3 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,5 vezes	1,2 vezes	1,3 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

(viii) Covenants ACTE: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não manteve o montante total exigido em conta reserva e também não vem cumprindo certas cláusulas restritivas "covenants". De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES é necessário manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do financiamento com o BNDES como conta reserva. Esta reserva deve ser constituída do principal, encargos e acessórios em caso de atendimento dos índices de desempenhos (ICSD e Índice de Capital Próprio) mínimos apresentados no contrato. Em caso de não atendimento dos indicadores a Companhia deverá manter um total de 6 prestações mensais em conta reserva. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a ACTE não estava adimplente com parte das cláusulas restritivas "covenants", anteriormente mencionadas. Dessa forma, o saldo financiamentos foi totalmente reclassificado para o circulante.

18. TAXAS REGULAMENTARES (CONSOLIDADO)

	2015	2014
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	8.866.029	4.531.697
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	4.632.472	5.467.329
Despesa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	27.870.640	21.985.178
	41.369.141	31.984.204

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela ANEEL. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custo de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. (iii) P&D: Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

19. PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA)

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

	Nota	2015	2014
Contas a receber - aluguel (i)		3.387.775	2.311.572
Dividendos a receber	13	112.829.931	102.449.751
Outras contas a receber - não circulante (ii)		131.691	163.605
Empréstimos a receber	11	334.929.622	20.566.802
Ativo disponível para venda (iii)		35.492.843	31.336.560

(i) Saldo refere-se a contas a receber e receita de aluguel para controladas, coligadas, e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (nota explicativa 14). (ii) Valores referentes a pagamentos de despesas administrativas entre as Companhias do grupo. (iii) Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. ("Luneng Brasil"). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Football Club Limited ("Luneng") em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantém a Companhia isento de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014.

19.2. Passivo

	Nota	2015	2014
Empréstimo - partes relacionadas	17	2.390.280.479	1.977.017.196
Dividendos a pagar	21	84.318.614	84.318.614

19.3. Resultado

	Nota	2015	2014
Receita de aluguel (iv)		9.663.203	8.469.466
Despesa de juros de empréstimo	17	(56.113.774)	(22.107.393)

(iv) Saldo refere-se à receita dos aluguéis do imóvel classificado como propriedade para investimento. Os mesmos são alugados para controladas, controladas em conjunto e outras empresas do Grupo.

19.4. Garantias: A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de Empréstimo	Valor garantido em 31/12/2015	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
Araraquara (i)	Financiamento LP	12.543.396	23/07/2015	02/09/2016
ACTE (ii)	Financiamento LP	42.255.000	28	



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

* continuação

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$2.494.172.500 dividido em 2.494.172.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$1 cada. Em 13 de outubro de 2015 foram subscritas 470.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$ 1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited. Em 11 de novembro de 2015 houve novo aumento de capital mediante emissão de 900.000.000 ações ordinárias e nominativas, subscritas ao preço de R\$ 1,00 cada, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited, mediante a conversão de parte da dívida contratada com a SGID nas datas de 18 de julho de 2014, 31 de agosto de 2014 e 13 de janeiro de 2015. Do montante total, o valor de R\$ 1.786.000 já foi aprovado pela Administração e ainda não foi integralizado até a data de 31 de dezembro de 2015. O capital social, em 31 de dezembro de 2015, subscrito é de R\$ 3.862.386.500 (R\$ 2.494.172.500, em 31 de dezembro de 2014), ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país dividido em 3.862.386 ações ordinárias nominativas com valor de R\$1 cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2015 e 2014
Top View Grid Investment Limited	0,00001%
International Grid Holdings Limited	99,99999%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. **c) Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, calculados conforme abaixo:

	2015	2014
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(1.063.178.992)	80.328.355
Reserva legal (5%)	-	(4.016.418)
Base de cálculo para os dividendos	-	76.311.937
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	19.077.984

22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2015	2014
Lucro antes do IR e CS	(1.060.126.792)	(878.502.908)
Alíquota nominal	360.443.109	298.690.989
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições/exclusões não dedutíveis	(360.499.165)	(434.850.967)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	2.273.480
Outros	(2.996.144)	(50.789.586)
Imposto de renda e contribuição social	(3.052.200)	(184.676.084)

	2015	2014
Lucro antes do IR e CS	82.375.408	538.729.821
Alíquota nominal	(28.007.639)	(183.168.139)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições/exclusões não dedutíveis	25.960.585	75.619.220
Outros	-	(27.807.442)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(2.047.054)	(135.356.361)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.047.054)	(102.772.670)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(32.583.690)
	(2.047.054)	(135.356.360)

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	9.942.626	1.225.814.582	9.850.900	942.345.147
Receita de operação e manutenção	-	170.274.673	-	119.240.357
Remuneração dos ativos financeiros	-	913.116.527	-	780.037.821
Receita de construção	-	133.513.507	-	7.584.784
Receita de aluguel	9.663.203	8.630.451	8.469.466	7.783.489
Outras	279.424	279.424	1.381.434	27.698.696
Deduções da receita operacional	(930.136)	(121.375.315)	(864.231)	(110.921.157)
PIS/COFINS	(930.136)	(75.761.879)	(864.231)	(67.922.337)
RGR	-	(25.589.686)	-	(22.801.957)
P&D	-	(9.017.509)	-	(8.271.722)
CDE	-	(4.782.266)	-	(1.258.993)
TFSEE	-	(2.181.303)	-	(4.609.712)
Proinfra	-	(4.033.796)	-	(6.043.162)
Outras	-	(9.003)	-	(13.274)
	9.012.491	1.104.439.267	8.986.669	831.423.990

24. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	-	(56.312.564)	-	(47.304.730)
Administradores	-	(1.437.788)	-	(1.848.617)
Material	-	(8.548.875)	-	487.643
Serviços de terceiros	-	(16.850.034)	-	(12.886.145)
Depreciação	(1.959.328)	(1.727.870)	(1.032.859)	(1.032.859)
Custo de construção	-	(133.513.507)	-	(7.584.784)
Custo de operação e manutenção	-	(15.031.072)	-	(48.545.999)
Outros	-	(16.839.145)	-	(13.196.303)
	(1.959.328)	(250.260.855)	(1.032.859)	(131.911.794)

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(2.231.076)	(28.574.069)	(717.497)	(21.093.296)
Administradores	(3.414.944)	(14.788.309)	(3.043.374)	(10.551.500)
Serviços de terceiros	(6.413.522)	(16.035.478)	(14.365.356)	(20.862.081)
Arrendamentos e aluguéis	(273.618)	(1.976.905)	(749.587)	(2.372.657)
Provisão	(656.439)	(2.586.640)	(804.493)	7.480.339
Tributos	(22.093.745)	(36.270.934)	(7.974.647)	(51.684.706)
Depreciação e amortização	(3.071.611)	(3.646.025)	(3.219.217)	(4.014.629)
Gastos diversos	(9.781.887)	(13.264.336)	(17.349.379)	(16.129.093)
Outros	(818.170)	(3.264.039)	(566.721)	(3.232.512)
	(48.755.012)	(120.406.735)	(48.790.271)	(122.460.135)

26. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	-	20.482.104	-	-
Demais receitas e rendas	-	380.683	-	617.828
Tributos sobre receitas	-	(2.200.641)	-	-
Pessoal	-	(670.297)	-	-
Depreciação	-	(771.916)	-	-
Outros (i)	-	(4.549.694)	-	-
	-	12.670.239	-	617.828

Nesse grupo, exceto pelo saldo de Outros comentado na nota anterior, foram registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

27. RESULTADO FINANCEIRO

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	400.202.700	661.096.723	225.739.448	455.946.944
Receitas de aplicações financeiras	39.720.960	88.857.865	52.190.236	105.365.368
Juros sobre empréstimos (nota explicativa 11)	16.541.998	16.541.998	2.058.058	4.250.684
Outras	2.180.094	(2.204.892)	840.840	2.099.538
Variação cambial	341.759.648	557.901.752	170.650.314	344.231.354
Despesa financeira	(1.351.039.952)	(2.326.964.878)	(391.928.797)	(875.399.356)
Variação cambial	(1.290.414.584)	(2.121.116.721)	(367.778.405)	(748.220.975)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(78.390.965)	-	(93.147.782)
- terceiros (nota explicativa 17)	-	(78.390.965)	-	(93.147.782)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 17)	(56.113.774)	(112.194.378)	(24.232.188)	(29.180.911)
Outras	(4.511.594)	(15.262.814)	81.796	(4.849.688)
	950.837.252	(1.665.868.155)	(166.189.349)	(419.452.412)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2015 e 2014, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

		2015		2014	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	81.525.207	309.631.021	521.779.240	886.384.008
Títulos e valores mobiliários	8	-	52.132.551	-	47.212.361
Contas a receber - aluguéis	19	3.387.775	3.294.372	2.311.572	2.159.061
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	5.565.389.681	-	4.976.129.592
Empréstimos a receber - partes relacionadas	11	56.381.067	-	20.566.802	-
		141.294.049	5.930.447.625	544.657.614	5.911.885.022

		2015		2014	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Adiantamentos a fornecedores		197.541	7.236.725	97.622	8.358.780
Concessionárias e permissionárias	9	-	117.371.604	-	113.891.824
		197.541	124.608.329	97.622	122.250.604

		2015		2014	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivos mensurados pelo Custo amortizado					
Fornecedores - terceiros		3.519.215	12.677.061	557.351	9.509.823
Fornecedores - partes relacionadas	19	-	15.037	-	-
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	861.778.819	-	842.206.290
Empréstimos - partes relacionadas	17	2.390.280.479	4.023.684.713	1.977.017.197	3.268.605.168
		2.393.799.694	4.898.155.630	1.977.574.548	4.120.321.281

28.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são: **a) Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. **b) Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **c) Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia e de algumas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os principais empréstimos do Grupo em dólar são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo. **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:** A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2015. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2015	-5%	5%
Empréstimos	2.385.908.170	(119.295.409)	119.295.409

d) Risco de crédito: Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos. **e) Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

29. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar e monitorar sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Natureza				
Responsabilidade civil	-	7.000.000	-	7.000.000
Seguro patrimonial	157.334.000	1.826.957.925	154.720.000	1.614.436.276
Veículos	-	662.861	-	773.488
	157.334.000	1.834.620.786	154.720.000	1.622.209.764

DIRETORIA

Hongxian Cai
Diretor Presidente

Yang Qu
Diretor Vice-Presidente

Ramon Sade Haddad
Diretor Vice-Presidente

Zhongjiao Chang
Diretor Vice-Presidente

Yuehui Pan
Diretor

Aldrea Giorgia Werneck
Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Diretores da

State Grid Brazil Holding S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.